



AINDA HÁ O QUE FALAR SOBRE ÉTICA? A DIALÉTICA ENTRE O VELHO E O NOVO NO SERVIÇO SOCIAL

IS THERE ANYTHING ABOUT ETHICS? THE DIALECTICS BETWEEN THE OLD AND THE NEW IN THE SOCIAL WORK.

Gabriela Dutra Cristiano Dutra Cristiano¹

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar um elemento emergente na dissertação de mestrado da autora: a relação entre aquilo que estudantes de serviço social em estágio referem como posicionamento ético, e a teleologia elaborada para intervenção. A pesquisa, pautada na ontologia lukácsiana, teve como *locus* o estágio curricular obrigatório. Para coleta de dados utilizamos um instrumento alternativo e entrevistas semiestruturadas, analisados através da análise textual discursiva. Os achados mostram que há dilemas éticos que mobilizam com mais intensidade atos fundamentados em uma moralidade conservadora, evidentes em situações que explicitam a questão de gênero e o papel socialmente atribuído à mulher. Mostram, também, que existem tendências distintas para o exercício profissional: por um lado aquelas que viabilizam valores democráticos e, por outro, as que tolhem as possibilidades de exercício da liberdade dos sujeitos. Enfim, discute-se as aproximações e os hiatos entre aquilo que se diz e aquilo que se materializa no trabalho profissional de assistentes sociais em formação.

Palavras-chave: Serviço Social; Ética; Trabalho; Formação.

Abstract

This article aims to analyze an emerging element in the author of the dissertation: the relationship between what students of Social Work in internship refer to as ethical position, and teleology designed to intervention. The research, based on lukacsian ontology, had the locus compulsory internship. For data collection we used an

¹Assistente Social. Mestra em Serviço Social pela PPGSS/PUCRS. Especialista em Saúde da Família e Comunidade pelo GHC. Residente no programa de residência multiprofissional pela ESP/RS.b.

alternative instrument and semi-structured interviews, analyzed by discursive textual analysis. The findings show that there are ethical dilemmas that mobilize more strongly acts based on a conservative morality, evident in situations that explain the gender issue and the role socially assigned to women. They also show that there are different tendencies for professional practice: on the one hand, those that enable democratic values and, on the other hand, those that hinder the possibilities of exercising the freedom of the subjects. Finally, we discuss the approximations and the gaps between what is said and what is materialized in the professional work of social workers in formation.

Keywords: Social Work; Ethic; Work; Formation.

INTRODUÇÃO

Mulheres e homens, seres histórico-sociais, nos tornamos capazes de comparar, de valorar, de intervir, de escolher, de decidir, de romper, por isso tudo, nos fizemos seres éticos. (PAULO FREIRE)

Temos avançado em diversas frentes no debate sobre ética e Serviço Social, bem como na discussão sobre grandes questões que incidem sobre a materialização de valores do Código de Ética Profissional de 1993: opressões de gênero, raça, etnia; desmonte de direitos, entre outros. Pesquisas vêm sendo feitas sobre a dimensão ética, formação ética, a materialização do Projeto Ético-Político; temos, em 2012, a publicação do Código de Ética comentado - enfim, avanços em diferentes eixos no campo da ética profissional. Mas ainda há o que falar sobre ética e Serviço Social? 25 anos após a regulamentação do Código de Ética de 1993, considerado um marco fundamental na história do Serviço Social e no processo de ruptura com o conservadorismo, é possível fazer um balanço sobre como estamos impregnando nosso exercício profissional com os valores éticos fundamentais da profissão.

O momento de acirramento das contradições na conjuntura política e econômica do Brasil, concomitante ao marco de 80 anos do Serviço Social no Brasil e a comemoração de ¼ de século do Código de Ética profissional, nos convida a pensarmos sobre como nos posicionamos, em que valores fundamentamos nossos atos ético-morais, de que forma estamos sendo formadas/os nas graduações em Serviço Social e como estamos traduzindo isso no cotidiano de trabalho.

Este artigo fundamenta-se em aspectos refletidos na dissertação de mestrado que teve como objetivo analisar as implicações éticas derivadas do cotidiano de trabalho de estagiárias/os em Serviço Social inseridas/os em diferentes espaços de atuação. Embasada na perspectiva histórico-ontológica lukácsiana, essa pesquisa teve como objetivo analisar os processos que, mediados por complexos interrelacionados, incidem nos modos como os sujeitos estagiários refletem e posicionam-se eticamente em seus cotidianos de trabalho. Buscamos, assim, contribuir com a qualificação dos espaços de formação pelo trabalho como potentes espaços de formação ética.

O estágio obrigatório é, muitas vezes, o primeiro contato das/os estudantes com o realidade prática do Serviço Social e seus inúmeros limites e desafios, entre eles a objetivação de valores éticos com consciência crítica e responsabilidade. O estágio é um espaço de formação pelo trabalho. Ou seja, as/os assistentes sociais em formação inseridas/os em estágio se transformam através da ação, da experimentação do exercício profissional através do trabalho e, assim, vão pouco a pouco construindo seus jeitos de serem assistentes sociais; formando concepções, conceitos e valores.

Neste sentido, este estudo tem como dimensões centrais a ética, o trabalho e a formação. Afinal, “a formação profissional tal qual por nós defendida, em consonância com o projeto ético-político, só pode se realizar em havendo uma centralidade da ética nesse processo”. (SOUSA; SANTOS; CARDOSO, 2013 p. 50)

Para que o estudo ganhasse materialidade, o campo de estudo da pesquisa desenvolvida foram as faculdades de Serviço Social de uma universidade pública e outra privada – ambas presenciais. Como sujeitos de pesquisa, delimitamos aqueles inseridos em estágio supervisionado de nível três, por entender que neste momento da formação profissional já há uma maior maturação, apropriação e incorporação do que é ser assistente social.

A coleta de dados se desenvolveu em dois momentos. No primeiro, foi entregue as/aos estudantes um instrumento alternativo elaborado pela pesquisadora. No segundo momento, realizamos entrevistas semi-estruturadas na intenção de aprofundar a discussão sobre os elementos que emergiram das

respostas ao instrumento alternativo e abranger outras questões de interesse na pesquisa.

O referido instrumento alternativo foi construído em forma de questionário, apresentando inicialmente questões fechadas sobre o perfil das/os estudantes participantes e, após, o relato de três situações na forma de casos “típicos”, com elementos que comumente são atendidos por assistentes sociais. Cada caso apresentava um *dilema ético* atravessado por questões de saúde, trabalho, habitação, gênero, entre outras. Após cada caso apresentado, perguntamos: “como você analisa esta situação?” e “diante desta situação, com as condições de trabalho que tens, o que faria?”

As respostas ao questionário foram projeções teleológicas para a intervenção que apresentaram, contraditoriamente, valores progressistas em coerência com o Código de Ética profissional de 1993, e valores que reatualizam o conservadorismo na profissão. A partir desta questão levantada, aprofundamos o debate na entrevista semi-estruturada, possibilitando analisar como estudantes em estágio supervisionado obrigatório percebem o lugar da ética no cotidiano de trabalho.

Para analisar os dados, utilizamos a metodologia de análise textual discursiva. (MORAES; GALIAZZI, 2006, p. 118) Esta metodologia de análise busca compreender os sentidos e significados emergentes dos dados, exigindo uma constante (re)construção de caminhos para a produção de um conhecimento não linear. (MORAES, 2003)

2. DE QUE ÉTICA ESTAMOS FALANDO?

A ética, na perspectiva histórico-ontológica lukacciana, precisa ser pensada partindo da vida concreta de homens e mulheres de nosso tempo. Enquanto seres humanos somos seres éticos porque, diferente de outras espécies animais, temos a capacidade de pensar sobre aquilo que fazemos, isto é, projetar teleologicamente a intencionalidade de uma ação e escolher os meios necessários para a realização desta. A ética, nesse sentido, é entendida como

[...] uma capacidade humana posta pela atividade vital do ser social; a capacidade de agir conscientemente com base em escolhas de

valor, projetar finalidades de valor e objetivá-las concretamente na vida social, isto é, ser livre. (BARROCO, 2010a, p. 19)

São dimensões fundamentais da ética nessa perspectiva a escolha entre alternativas, a consciência, a responsabilidade e a liberdade. Cada uma dessas dimensões contém em si discussões profundamente filosóficas, que assumem direções diferentes conforme o momento histórico, a escola teórica e o contexto da época em que se está falando. O importante aqui é entendermos que esse debate é bastante complexo, e que essas dimensões não podem ser vistas separadamente – uma está imbricada na outra.

Vivemos, todos nós, inseridos na vida cotidiana. Nesta, pouco a pouco vamos apreendendo e assimilando as formas de fazer as coisas, repetindo a forma como já é feito e, assim, assimilando em parte a história e o desenvolvimento social no modo de ser cotidiano (HELLER, 2014). Essa assimilação decorre, em certa medida, de um processo de imitação; podemos levar muito tempo para questionar o modo de fazer algo, assim como as concepções e valores de determinada comunidade em certa época.

São características da vida cotidiana a ultrageneralização, o pragmatismo, o pensamento espontâneo, a imediaticidade entre pensamento e ação, entre outras. (HELLER, 2014). No cotidiano de trabalho de assistentes sociais, assim como outras profissões inseridas na divisão sócio-técnica do trabalho, tendemos a reproduzir pragmatismos institucionais e valores construídos historicamente no campo da política social de forma a-crítica devido às próprias características dessa esfera da vida social. Contudo, não necessariamente precisa ser assim.

Enquanto sujeitos ético-morais (BARROCO, 2010a), somos indivíduos singulares/particulares. Somos condicionados e formados por aspectos econômicos, culturais, biológicos, psicológicos, entre outros, em constante interação. Nossas decisões são movidas pela razão, mas também por aspectos inconscientes, por paixões. (CHAUI, 2012). É na complexa relação entre estes e outros elementos que nos movemos na vida cotidiana, tornando desafiadora a realização de atos ético-morais conscientes e responsáveis que suspendem momentaneamente a vida cotidiana ao encontro da alteridade.

O ato ético é aquele que se orienta à fruição do ser-genérico. Se a maioria de nossos atos são voltados ao Eu (HELLER, 2014), as nossas necessidades e desejos inerentes da manutenção da vida, o ato ético só pode ser considerado enquanto tal quando o Eu – as minhas paixões, meus desejos e afetos – entra em convergência com a alteridade, na direção da ampliação do espaço de liberdade dos sujeitos e, no limite, de toda a humanidade.

Para a objetivação da ética é preciso liberdade. Não há como nos responsabilizarmos criticamente e/ou imprimirmos uma direção para nossas ações se não temos liberdade para tal. Entretanto, também não podemos recusar a liberdade, assumindo posturas fatalistas. Há sempre liberdade no seio da necessidade, afinal,

[...] O possível não é apenas alguma coisa sentida ou percebida subjetivamente por nós, mas é também e, sobretudo, alguma coisa inscrita objetivamente no seio da própria necessidade, indicando que o curso de uma situação pode ser mudado por nós, em certas direções e sob certas condições. A liberdade é a capacidade para perceber tais possibilidades e o poder para realizar aquelas ações que mudam o curso das coisas, dando-lhe outra direção ou outro sentido. (CHAUI, 2012, p. 418)

Cotidianamente nos defrontamos com situações e temos que tomar decisões em face a elas. Para isso, escolhemos entre alternativas que estão postas no campo do real (BARROCO, 2013). Para fazer essas escolhas, nos fundamentamos em juízos de valor, em critérios de utilidade ou, comumente, devido as características próprias da vida cotidiana, escolhemos espontaneamente fundamentando as decisões na própria experiência cotidiana e nas probabilidades de acerto/erro.

Entretanto, há situações que mobilizam mais intensamente escolhas fundamento moral, como os dilemas éticos e situações limite envolvendo outras pessoas. Em todo caso, sempre é possível decidir, em face às alternativas histórias, de modo diverso do que aquele que realmente se decide. (HELLER, 2014).

Não somos uma autarquia. Aquilo que fizemos incide na vida de outras pessoas e, potencialmente, em toda humanidade (TERTULIAN, 2014) e, por isso, temos responsabilidade sobre os nossos atos. Contudo, homens e mulheres jamais

estarão “em condições de ver todos os condicionamentos da própria atividade, para não falar de todas as suas consequências” (LUKÁCS, 2010, p. 98)

Então, somos responsáveis por aquilo teleologicamente elaboramos, ou pelo resultado da ação objetivada, que pode ser diferente da elaboração teleológica? Tertulian (2014) explica que Lukács busca um meio termo entre essas duas premissas. Em todo caso, é preciso que tenhamos consciência e liberdade para que seja possível nos responsabilizarmos sobre nossas ações, embora mesmo sem elas nossas ações produzam resultados objetivos que se inserem no tecido social.

Nossos atos não são neutros. Ao produzir resultados objetivos no campo social, se inserem na *polis* e imprimem uma direção política. Assim, todo ato é um ato político, embora nem todo ato seja um ato ético. Os valores morais e os princípios que orientam, em geral, as escolhas que fazemos para objetivar atos éticos e políticos podem ser questionados por esse campo de estudo denominado ética.

A ética nunca pode ser compreendida dissociada da história, do contexto político e econômico, e dos movimentos mais ou menos velozes que determinam esse contexto. (HELLER, 2014) Há momentos históricos e/ou eventos que propiciam a tomada de consciência ético-política. Assim, é possível que grupos, profissões, movimentos sociais, entre outros, coloquem em questão e revisem criticamente seus fundamentos, buscando construir abstrações que orientem teleologicamente o agir de homens e mulheres de certo tempo.

3. HIATOS E APROXIMAÇÕES ENTRE O VELHO E O NOVO NO SERVIÇO SOCIAL

Embora conheçamos os marcos históricos que possibilitaram a legitimação do Serviço Social enquanto profissão no Brasil na década de 30, é possível afirmar que a gênese dessa profissão que inicia sua legitimação no campo social encontra-se nas práticas de auxílio e caridade que estão presentes em toda a história da

humanidade. A análise de passagens da obra de Fontoura (1958)² revela que, enquanto profissão, o Serviço Social nega, supera, mas também reproduz diversos elementos das antigas práticas de ajuda aos pobres.

No estudo da ética nos interessa o processo histórico de produção e reprodução de valores, que implicam na (re)formulação de perspectivas e formas de atuação no exercício profissional. Por exemplo, conforme a análise dos dados da pesquisa, a motivação que leva estudantes a escolherem o Serviço Social como profissão ainda é, em geral, o desejo de ajudar ao outro, embora não necessariamente se trate de uma *ajuda cristã*, como nos primórdios da profissão. É, sobretudo, uma das primeiras manifestações de sentimentos daquilo que Heller (2014) entende por alteridade: o encontro das motivações do Eu com o outro.

Ao final da década de 50, constroem-se socialmente as bases necessárias para o início do denominado Movimento de Reconceituação no âmbito da profissão. Na década de 60 esse movimento ganha força diante da aproximação do Serviço Social com o marxismo, com vertentes críticas ao capitalismo e com movimentos sociais³. Este processo se constituiu de forma bastante complexa, paradoxal e contraditória; mas não há como aprofundarmos a discussão aqui.

Cabe, no entanto, referir que é a partir da década de 80 que a discussão sobre ética ganha força no Serviço Social. A primeira reformulação do Código de Ética profissional que busca romper com o conservadorismo presente historicamente nos códigos anteriores é datada de 1986. Neste, a profissão pactua com os interesses e necessidades da classe trabalhadora (BARROCO, 2010b), buscando romper com a atuação profissional que respondia aos interesses da classe capitalista e do Estado (NETTO, 1999; FALEIROS 1986). Rompe, principalmente, com a *pretensa neutralidade* a que se propunha a profissão nos códigos anteriores. Pretensa porque, como sabemos, neutralidade é algo que não existe; mesmo quando não temos consciência de qual, a nossa atuação assume uma direção política.

² Um dos primeiros livros na tentativa de sistematização do Serviço Social brasileiro, publicado originalmente em 1948.

³ Não é nosso objetivo, neste texto, reconstruir os marcos históricos da profissão. Para aprofundar essa discussão sugerimos, especialmente, as obras de Yazbek, Iamamoto, Barroco e Netto.

O Código de Ética de 1993, em vigor até os dias de hoje, avança nessa discussão, sendo formulado com base em debates que ocorreram em todo o país. (BARROCO, 2012) A partir deste, os atos ético-morais de assistentes sociais devem se orientar por valores⁴ como: a liberdade enquanto princípio ético central, a defesa intransigente dos direitos humanos, a ampliação da cidadania e da democracia, em busca da equidade e da justiça social. Assistentes sociais devem se empenhar na eliminação de todas as formas de preconceito e discriminação, se comprometendo com a qualidade dos serviços prestados à população e respeitando os posicionamentos teóricos e políticos plurais no âmbito da profissão.

Os dados levantados pela pesquisa mostram que as/os estudantes participantes desta compreendem enquanto dimensões da ética no cotidiano de trabalho profissional: uma visão garantidora de direitos, a vinculação a um projeto de societário, a liberdade e a autonomia, o sigilo, o cuidado e o respeito em relação aos/as usuários/as, a cidadania, o compromisso e o comprometimento com o trabalho, a busca pela qualidade dos serviços, entre outras. Referem, além destas, que não devemos esquecer que trabalhamos com pessoas, não devemos fazer julgamento moral nem responsabilizar as pessoas pelas situações em que se encontram, e sim devemos trabalhar para que a comunidade lute pelos seus direitos sem sermos messiânicos nem fatalistas.

Estes elementos referidos pelas/os estudantes durante as entrevistas relacionam-se e estão em consonância com o Código de Ética do/a Assistente Social e com o Projeto Ético-Político da profissão. Podemos perceber que estes sujeitos não assumem posturas de pretensa neutralidade; ao contrário, posicionam-se e trazem em seus discursos dimensões do que é hegemonicamente considerado ético no Serviço Social.

Em especial para a discussão apresentada neste trabalho, observamos que o respeito à liberdade dos sujeitos atendidos também aparece como um valor e como uma postura a ser adotada, em consonância com o Código de Ética de 1993 que tem a liberdade (e autonomia relacionada a ela) como valor central.

⁴ Para uma reflexão aprofundada sobre os princípios éticos do Serviço Social, sugere-se a leitura de A nova ética profissional (PAIVA; SALES, 2011), e Código de Ética do/a Assistente Social Comentado (BARROCO; TERRA, 2012).

A realização da liberdade enquanto valor ético adotado pela profissão não refere-se à liberdade de mercado da ideologia (neo)liberal. Ao contrário, refere-se à expansão do espaço de exercício da liberdade dos indivíduos, que só é possível com a expansão do campo de possibilidades para todos. A realização deste valor tem como horizonte a objetivação de relações mais livres. Ou seja, [...] é agir de forma que amplie a margem de autonomia das nossas ações, levando em conta a relação com os outros [...]. (BARROCO, 2012, p. 63)

Ampliar, através da problematização, a possibilidade de os/as usuários/as escolherem de forma crítica e consciente entre alternativas postas no real – respeitando suas decisões caso sejam contrárias às nossas – é uma forma de realização da liberdade enquanto valor ético. Nesta mesma perspectiva, o não julgamento apareceu nos discursos como uma dimensão da postura ética.

As condições concretas e o modo como os sujeitos incorporam/apreendem valores ético-morais mostra que não é sem desafios que os princípios éticos da profissão se traduzem em atos ético-morais no cotidiano de trabalho de estudantes e assistentes sociais. Somos seres sociais permeados por muitos fatores da vida cotidiana, com tendência a reprodução de valores conservadores e ao pragmatismo decorrente do modo de gestão da força de trabalho na contemporaneidade. Como explica Barroco (2012), por vezes, mesmo que os sujeitos pactuem e concordem com os valores do Código de Ética e do Projeto Ético-Político, estão vulneráveis à reprodução de valores de outra ordem, ainda que sem clareza consciente deste fato.

Além disso, “dadas as peculiaridades das demandas atendidas pelo Serviço Social, a herança conservadora da profissão e a influência da ideologia dominante na vida cotidiana”. (BARROCO, 2012, p. 73) Buscamos, nesse sentido, refletir sobre um dos aspectos prevalentes nos atos ético-morais teleologicamente elaborados em resposta ao instrumento alternativo, visto que este mobilizou com mais intensidade a reatualização do conservadorismo nos teleologias elaboradas para intervenção.

O pensamento conservador⁵ legitima-se enquanto moralidade na vida cotidiana em que estamos todos nós inseridos/as. Cria um caldo cultural de:

⁵ “Inimiga histórica dos ideais iluministas, a reação conservadora que se apresenta em finais do século XIX, articulada em torno de tendências românticas restauradoras do passado feudal, tem como referência fundamental o pensamento de Edmund Burke, na Inglaterra, e o tradicionalismo, com De Maistre, Bonald e

[...] valorização do passado, da **tradição**, da **autoridade** baseada na **hierarquia** e na **ordem**; nega a razão, a democracia, a liberdade com igualdade, a indústria, a tecnologia, o divórcio, a emancipação da mulher, enfim, todas as conquistas da época moderna. (BARROCO, 2010b, p. 172)

O ponto nevrálgico onde com intensidade se projetaram escolhas morais de conteúdo conservador nas respostas ao instrumento alternativo de manifestou hegemonicamente em uma das situações, na qual se explicitava a possibilidade de uma gestante de uma família em situação de alta precariedade de existência realizar um aborto. Em geral, a legalidade foi a justificação argumentativa para a escolha interventiva fundamentada em valores morais de gênero: “Posteriormente, esclareço que aborto é crime, além de por em risco a vida de sua filha”. (CASO 2, QUESTIONÁRIO 8, 2014)

A possibilidade de intervir orientando sobre o fato de o aborto ser crime no Brasil, foi a resposta mais frequente para este aspecto do caso. Assim, podemos observar que neste aspecto assistentes sociais em formação elaboraram intervenções policiais e fiscalizatórias, mobilizando a lei enquanto fundamento para orientação, mas acionando-a devido a julgamentos morais. Assim, se explicitou nas respostas a moralidade construída em relação ao gênero e ao corpo da mulher. “A moral conservadora revela-se com toda a clareza quando se trata das questões vinculadas ao papel da mulher, que os conservadores entendem deva ser agente moral, responsável pela educação dos filhos e pela família” (BARROCO, 2010b, 179).

Outras respostas a esta situação também explicitam a questão de gênero que envolve a discussão sobre o aborto:

Sobre o questionamento de Carla, explicaria o papel do Assistente Social na defesa intransigente de direitos, assim como na garantia no acesso dos mesmos. Informando que o aborto não é um procedimento legal e que primeiramente todo mundo tem direito a vida. [...] Me posicionaria contrária ao questionamento da adolescente. (CASO 2, QUESTIONÁRIO 7, 2014)

[...] Com relação à habitação, penso que é estabelecer vínculo com a mãe como responsável por este lar. (CASO 2, QUESTIONÁRIO 5, 2014)

Lamennais, na França” (BARROCO, 2010b, p. 172). “Esta modalidade do pensamento conservador não é a dominante hoje, ainda que continue a ter solitários e quixotescos defensores” (COUTINHO, 2011, p. 9).

Por um lado, a intervenção é mobilizada por valores conservadores no que tange à questão de gênero, ao papel da mulher e à relação da mulher com a casa e com a maternidade. Por outro lado, estudantes estagiárias/os assumem para si a necessidade de dar respostas mais do que a necessidade de pensar junto com os/as usuários/as as alternativas possíveis para que as decisões sejam tomadas com consciência, responsabilidade e respeitando o princípio ético da liberdade.

Em apenas uma das respostas o movimento de pensar junto com a usuária foi ressaltado:

Primeiro colocaria a adolescente para uma reflexão da pergunta que me foi feita, pontuando que esta decisão deve ser tomada conscientemente, somente por ela, e que as questões da realidade social que a família vive no momento, não devem influenciar em sua decisão, pois são questões que, através do acesso imediato da família à políticas públicas e programas sociais, podem vir a ser resolvidas. (CASO 2, QUESTIONÁRIO 11, 2014)

Há uma espécie de “pensamento mágico” no que toca à superação da situação social da família atendida, através do acesso imediato a políticas públicas e programas sociais. Entretanto, há nesta teleologia elaborada para intervenção um movimento que difere dos demais, visto que se propõe a pensar junto, respeitando a tomada de decisão consciente.

É interessante observar que alguns fatores que a referida situação envolve, como, por exemplo, a condição de habitação da família e o fato de o bebê ter os pés roídos por ratos, pouco foi apreendido e levado em consideração na formulação de respostas. Por outro lado, algumas elaborações não apreenderam a questão do aborto enquanto um dilema ético e formularam respostas pragmáticas, intervindo por meio de encaminhamentos.

A análise superficial da situação cria condições para reatualização de práticas assistencialistas e reducionistas, como a “doação de sapatinhos” infantis em resposta à situação do bebê que o caso apresenta. Ao mesmo tempo, o “encaminhamento imediato” aparece como transferência de responsabilidade⁶ sobre

⁶ “A rotina cotidiana oculta diferentes faces do desrespeito sofrido pelos usuários nas triagens, nas entrevistas, nas idas e vindas em várias instituições, até ser atendido, na invasão de sua privacidade, na moralização de suas atitudes. [...] Aparentemente, na lógica da hierarquia institucional e da fragmentação que

o atendimento prestado. Para além, a resposta pragmática esconde/ignora o dilema ético com o qual estudantes se deparam.

Nas respostas à outro caso que abordava, em especial, a situação de um usuário em situação de rua e sua relação com a instituição de acolhimento institucional para essa população, outros foram as tendências para intervenção que podemos observar a partir das respostas ao questionário. Neste caso, perpassam atravessamentos no que tange ao descumprimento de normas institucionais, no caso as normas de casas de acolhimento institucional para adultos, e a não adesão ao serviço de saúde para o qual foi encaminhado.

Sobre o trabalho de assistentes sociais em instituições fechadas, como, por exemplo, prisões e casas de acolhimento institucional, Barroco (2012, p. 93) refere que a/o “assistente social não pode confundir o seu trabalho com o trabalho da polícia ou aceitar atribuições de segurança nessas instituições”. Segundo Faleiros,

As normas institucionais são formas de enquadramento dos problemas que elas mesmas determinam quais sejam, e a atuação profissional passa a ser uma forma de intervenção nesses problemas institucionalizados num esquema já determinado de normas. [...] O cumprimento das normas burocráticas passa a ser a lógica do trabalho profissional e o objeto do profissional passa a ser [...] a perturbação da ordem institucional. (FALEIROS, 2011, p. 60-61)

Este atravessamento mobilizou duas tendências na teleologia elaborada para intervenção: a primeira refere-se à problematização de tais normas, tendo em vista as identidades, hábitos e culturas interiorizadas por sujeitos que utilizam ou utilizaram a rua como espaço de habitação e/ou sobrevivência; a segunda refere-se ao enquadramento dos sujeitos às normas institucionais.

Em relação ao albergue existem sim as normas e que são muitas vezes difíceis de os usuários cumprirem. Pode acontecer de um usuário (no caso deste) ser “catador” e percorrer quilômetros à procura de material e não chegar a tempo no horário do albergue, por exemplo. (CASO 3, QUESTIONÁRIO 3, 2014)

[...] buscaria através de diversos atendimentos, sensibilizá-lo quanto à adesão ao tratamento e ainda da necessidade de existir normas e regras de convivência em espaços coletivos. (CASO 3, QUESTIONÁRIO 4, 2014)

perpassa pelas relações dos diferentes profissionais que nela atuam, a responsabilidade de cada profissional termina quando um caso atendido é passado para outro profissional”. (BARROCO, 2012, p. 80-81)

Em geral, estudantes estagiárias/os formularam intervenções para este caso na perspectiva de construir vínculo com o usuário e sensibilizá-lo para que aderisse ao “tratamento” ou ao serviço prestado. Em algumas respostas, posturas tutelares foram adotadas, como, por exemplo, acompanhar o usuário em consultas.

Não compete ao/à profissional assistente social trabalhar para o ajustamento dos sujeitos às normas institucionais, na perspectiva da conservação do *status quo* e em uma lógica que é funcional a manutenção do sistema. Ao contrário, uma possível alternativa de intervenção, tendo como horizonte valores éticos transversalizados pela liberdade, é problematizar as normas e regras impostas pelas instituições junto aos usuários e às equipes, tensionando processos institucionais de enquadramento e tendo como objetivo a qualidade na prestação de serviços que respondam a interesses e necessidades da população atendida.

Observamos certo movimento com a finalidade de vinculação e adesão do usuário. Contudo, há um cuidado ético que precisa ser levado em consideração: o que o usuário quer? Em que medida tais serviços oferecidos estão respondendo aos seus interesses e porque não está conseguindo se vincular? Isso é, um cuidado ético com a liberdade do sujeito atendido em uma perspectiva de não enquadramento às normas institucionais e/ou as expectativas dos/as profissionais.

Este movimento teleológico se apresenta, de certa forma, no seguinte trecho:

Em uma entrevista com o usuário colocaria para reflexão juntamente com o mesmo o que realmente deseja para sua vida. Se ele refere que quer ter “uma oportunidade para melhorar na vida”, como ele pensa que deva ser esta oportunidade, quais serviços ele realmente irá aderir para atingir este seu objetivo. Dessa forma, coloca-se o usuário como protagonista de sua própria realidade, fortalecendo sua emancipação. (CASO 3, QUESTIONÁRIO 11, 2014)

Ou seja, o movimento de partir dos desejos e necessidades dos sujeitos atendidos, buscando alternativas possíveis, e não daquilo que profissionalmente entende-se como certo ou errado, bom ou ruim. Precisamos estar atentos/as para o fato de que, “muitas vezes, mergulhado na rotina institucional, o profissional não percebe que está impedindo ou limitando o acesso a direitos, de forma direta ou indireta” (BARROCO, 2012, p. 80-81).

Nas instituições se constroem consensos aparentemente ,na lógica destas, sem conteúdo moral, que se reproduzem em face à perpetuação de hábitos e costumes na vida cotidiana, podendo levar algum tempo ou até nunca para serem questionados. Evidenciamos esta questão em relação aos encaminhamentos realizados no Conselho Tutelar, o que apareceu em diferentes respostas sem explicitação do objetivo e dos valores que fundamentam a feitura do mesmo⁷.

Sendo esta uma instituição contraditória em sua gênese, pode ser acionada tanto para a proteção de crianças e adolescentes como para transferir a necessidade sentida pela/o profissional ou estagiária/o em fiscalizar as relações que determinada família, criança ou adolescente estabelece.

Em uma das entrevistas, quando questionada sobre o uso recorrente de encaminhamentos para o Conselho Tutelar, a estagiária tece a seguinte reflexão:

O Conselho está nessa rede, então o que o CRAS faz? A criança não está indo na escola, os pais não conseguem tipo se impor, entra o Conselho. [...] Ah, não está funcionando, chama o Conselho, assim como uma coisa mais de autoridade e aí não funciona. [...] no início eu estranhei – “que poder é esse que dão pro Conselho?” – e aí tu acabas também repetindo, reproduzindo, mesmo não conhecendo muito bem o trabalho deles. Eu sei que quando envolve criança e quando os pais não estão conseguindo fazer o seu papel, o Conselho entra. (ENTREVISTA 3, 2014)

O movimento entre fiscalização e proteção, viabilização de acesso a direitos e negação ou seleção, resistência ou adesão ao conservadorismo é, muitas vezes, ocultado e naturalizado em face das rotinas e da burocracia institucional. Na realidade cotidiana de profissionais, em instituições de atendimento direto à população, estão em jogo diferentes concepções, perspectivas e valores que ora se confundem e se expressam em conceitos ou encaminhamentos que aparentemente são consensuais e, por isso, tendem a não ser questionados.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A insegurança e o medo social, decorrentes das novas configurações e crises do capitalismo mundial com suas especificidades no Brasil, criam condições

⁷ Em diversos trechos de resposta ao questionário aparecem encaminhamentos ao Conselho Tutelar.

objetivas para a reatualização do conservadorismo na vida cotidiana e nas instituições como possibilidade de encontrar segurança em valores tradicionais. O Serviço Social não está imune ao conservadorismo e sua reatualização. Ao contrário, não apenas a formação social dos sujeitos profissionais, mas também a história da profissão e a própria cultura das instituições em que se insere, bem como as requisições que recebe para desenvolver em seu trabalho, convidam a posturas conservadoras, a julgamentos moralistas e a posturas fiscalizatórias e policialescas no atendimento aos/às usuários/as.

Na categoria profissional e particularmente nos estágios supervisionados obrigatórios,

A reatualização do conservadorismo é favorecida pela precarização das condições de trabalho e da formação profissional, pela falta de preparo técnico e teórico, pela fragilização de uma consciência crítica e política, o que pode motivar a busca de respostas pragmáticas e irracionais, a incorporação de técnicas aparentemente úteis em um contexto fragmentário e imediatista. (BARROCO, 2011, p. 212)

A distância entre certos aspectos dos discursos sobre ética e sobre o lugar da ética no trabalho e os valores com os quais estudantes em estágio atuam é paradoxal. Nos discursos, há diversos consensos sobre as posturas que devem ser adotadas e os valores que devem fundamentar os atos ético-morais de assistentes sociais. Já na elaboração teleológica da intervenção, manifestam-se tanto posturas democráticas em atos que têm como horizonte a ampliação da liberdade, da autodeterminação e das possibilidades de escolha, como atos que exercitam o poder do lugar em que o sujeito ocupa nas instituições para fiscalizar, criminalizar e tolher possibilidades de exercício da liberdade.

A discussão sobre o hiato entre o que se diz e o que se faz precisa estar presente na supervisão de estágio, partindo da experiência concreta de estudantes no cotidiano de trabalho das instituições. Uma possível alternativa é ter como dispositivo pedagógico a discussão de situações concretas atendidas e enfrentadas pelas/os estagiárias/os, possibilitando reconhecer os atravessamentos morais que motivam determinadas respostas profissionais, bem como a incorporação de usos

aparentemente consensuais de encaminhamentos e orientações nos espaços de trabalho e a motivação de respostas pragmáticas.

25 anos após a regulamentação do Código de Ética de 1993 percebemos que há, sim, muito o que falar ainda sobre ética e Serviço Social. As tendências para a intervenção apresentadas neste trabalho são, em síntese, exemplos da necessidade da transversalidade da ética na formação de assistentes sociais, bem como manifestações da exigência de uma constante reflexão sobre o exercício profissional que parta das seguintes questões: com que valores estamos pactuando e que valores estamos materializando dentro dos limites e das possibilidades do trabalho profissional? Qual a direção social que estamos buscando imprimir a partir da inserção do nosso trabalho no seio das relações sociais? Isto é, sigamos em encontros de reflexão e de luta para aproximar cada vez mais aquilo que dizemos daquilo que fazemos.

Trabalho resultado de dissertação de mestrado defendida em 2015.

REFERÊNCIAS

BARROCO, Maria Lúcia. **Ética e serviço social: fundamentos ontológicos**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2010a.

Ética: fundamentos sócio-históricos. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2010b.
Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 106, p.205-218, abr/jun. 2011.

Materialidade e potencialidades do Código de Ética dos Assistentes Sociais brasileiros. In: BARROCO, Maria Lucia; TERRA, Sylvia Helena. **Código de Ética do/a Assistente Social Comentado**. São Paulo: Cortez, 2012. p. 31-119.

Fundamentos éticos do Serviço Social. Disponível em: <http://www.prof.joaodantas.nom.br/materialdidatico/material/3__Fundamentos_etico_s_do_Servico_Social_.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2013.

BRASIL. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Brasília: CFESS, 1993

CHAUI, Marilena. **Convite à filosofia**. 14 ed. São Paulo: Ática, 2012.

MARINHO, S.

Serviço social e população trans: um debate sobre questão social e suas expressões na cena contemporânea

COUTINHO, Carlos Nelson. Prefácio. In: NETTO, Leila Escorsim. **O conservadorismo clássico**. São Paulo: Cortez, 2011, p. 9-12.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Saber profissional e poder institucional**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FONTOURA, Amaral. **Introdução ao serviço social**. 2 ed. Rio de Janeiro: Aurora, 1959.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. RJ/SP: Paz e Terra, 2015.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 10 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.
LUKÁCS, Gyorgy. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem.

In: ALVES, Giovanni. **Lukács e o século XXI: trabalho, estranhamento e capitalismo manipulatório**. São Paulo: Praxis, 2010, p. 89-112.

MORAES, Roque. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência & Educação**, São Paulo, v. 9, n. 2, p.191-211, 2003.

GALIAZZI, Maria do Carmo. Análise textual discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces. **Ciência & Educação**, São Paulo, v. 12, n. 1, p.117-128, 2006.

NETTO, José Paulo. **A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social**.

Mod. 1 de Capacitação em Serviço Social e Política Social. Brasília, CFESS/ABEPSS/ CEAD/ UnB, 1999.

PAIVA, Beatriz Augusto de; SALES, Mione Apolinario. A Nova Ética Profissional: Práxis e Princípios. In: BONETTI, Dilséa Adeodata et al. **Serviço social e ética: convite a uma nova práxis**. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 174-208.

SOUSA, Adrianycy A. Silva de; SANTOS, Silvana Mara Morais dos; CARDOSO, Priscila. Ética e serviço social: um itinerante caminhar. **Temporalis**, Brasília, ano 13, n. 25, p.33-61, jan/jun, 2013.

TERTULIAN, Nicolas. **O grande projeto da ética**. 1999. Disponível em: <<http://www.verinotio.org/conteudo/0.77644266353589.pdf>>. Acesso em: 6 ago. 2014.

YAZBEK, Maria Carmelita. **O significado sócio-histórico da profissão**. 2009. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Disponível em: <http://www.prof.joaodantas.nom.br/materialdidatico/material/1_O_significado_socio-_historico_da_profissao.pdf>. Acesso em: 4 ago. 2013.